

UMA SEMANA COM A PAUTA CHEIA

► Garibaldi reúne líderes hoje e tenta “CPI compartilhada”

► Congresso Nacional deve examinar amanhã 65 vetos

► Orçamento faz dez reuniões para votar cortes de R\$ 12,4 bi

Acordo de governistas com opositoristas em torno de uma “CPI compartilhada” entre senadores e deputados é esperado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, que reúne hoje, às 11h, os líderes partidários da Casa. Amanhã, também às 11h, o Congresso Nacional começa a examinar vetos presidenciais – serão analisados inicialmente 65 de um total de 885. A pauta da semana prevê ainda um total de dez reuniões na Comissão Mista de Orçamento para apreciar o relatório final do deputado José Pimentel, que corta R\$ 12,4 bilhões nos gastos públicos previstos na lei orçamentária deste ano. **Páginas 3 a 5**



Gerardo Magela

“A CPI poderá ser uma só”, afirma Garibaldi, confiante nos entendimentos entre governo e oposição

Paim comemora reservas de US\$ 188 bilhões

Senador ressalva que é necessário avançar mais nas políticas de combate às desigualdades sociais. **Página 7**



Leopoldo Silva

Paim: direitos dos idosos e aposentados também devem ser garantidos

Cristovam cobra pagamento de dívida social

Sucesso econômico se deve à responsabilidade fiscal, afirma senador, que pede recursos para educação. **Página 7**



Leopoldo Silva

Cristovam questiona liberação de verbas para a construção de “palácios”

Proposta de reforma tributária deve chegar na quinta

O governo prometeu entregar ao Congresso nesta quinta-feira um novo projeto de reforma tributária. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve apresentar o documento pessoalmente ao presidente do Legislativo, senador Garibaldi Alves.

O momento, de crescimento econômico e equilíbrio fiscal, é propício para a reforma, reclamada por estados e pelo setor produtivo. Mantega disse que a tributação sobre cada contribuinte será reduzida, mas não garantiu uma carga global menor. **Página 5**



Roseana celebra o Territórios da Cidadania

Senadora observa que programa lançado ontem beneficia as regiões do país “que mais precisam”. **Página 6**



Leopoldo Silva

Roseana: Maranhão receberá este ano R\$ 922 milhões para 55 municípios

Serys destaca investimento de R\$ 11,3 bilhões

Novo programa atinge mil municípios, com investimento de R\$ 11,3 bi em 2008, afirma senadora. **Página 6**



Leopoldo Silva

Serys diz que Territórios da Cidadania visa promover desenvolvimento sustentável

Substitutivo prevê nova eleição para senador no caso de vaga ocorrer a mais de um ano do término do mandato

CCJ deve votar amanhã novos critérios para suplente de senador

As mudanças nas regras para suplência de senador constam da pauta da reunião de amanhã, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas a votação ainda depende de acordo no colegiado. Substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) incorporou parte das sugestões contidas nas oito propostas de emenda à Constituição (PECs) que dispõem sobre escolha de suplente e tramitam em conjunto.

O senador apresentou voto pela aprovação da PEC 11/03, de Sibá Machado (PT-AC), e rejeição das demais. A proposta tem o objetivo de impedir que o suplente assumo o mandato de forma definitiva em caso de renúncia, cassação ou morte do titular, e prevê novas eleições para preenchimento da vaga. A PEC também proíbe que os suplentes sejam parentes, até o



Genildo Almeida

Voto de Demostenes incorpora parte das sugestões contidas em oito propostas

segundo grau, do titular.

O relator alterou a proposta para que os suplentes sejam os candidatos mais votados entre os não-eleitos e que nova eleição para senador se realize nos casos em que a vaga ocorra a mais de 12 meses para o término do mandato.

CAS discute planos de saúde menos onerosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã, a partir das 11h, alterações nas normas dos planos de saúde. Em seu substitutivo, o relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), acolheu sugestões de quatro projetos que tramitam em conjunto.

Entre as mudanças nos planos de saúde, está a possibilidade da oferta de coberturas menos amplas, visando à redução dos preços e sua conseqüente popularização. A aprovação do

substitutivo também pode levar os planos a ampliarem a inclusão do pagamento de medicamentos prescritos.

Além da proposta de planos segmentados, com coberturas reduzidas, contida nos PLS 277/04 e 187/02, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e do então senador Sebastião Rocha, respectivamente, o relator incorporou a cobertura obrigatória de medicação assistida, do PLS 44/04, de Tião Viana (PT-AC).

Agenda

Plenário

Sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado será realizada às 10h. A data é comemorada em 24 de janeiro.

Às 14h, haverá sessão deliberativa. A pauta da ordem do dia está trancada por medidas provisórias e projeto de lei de conversão.

CAE analisa limite máximo de chumbo em tintas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para analisar o projeto que fixa limite máximo de chumbo na fabricação de tintas para pintura de

paredes e uso escolar. Entre os dez itens em pauta, está a proposta que autoriza o trabalhador a faltar ao serviço um dia por ano para tratar de assuntos pessoais.

Comissão examina relatório final

Os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúnem-se às 14h para discutir e votar o relatório final apresentado pelo deputado José Pimentel (PT-CE) ao projeto de lei orçamentária para o ano de 2008 (PL 30/07-CN).



Alimentação escolar em debate

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, a partir das 11h, o projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a fim de considerar as despesas com alimentação escolar

como de manutenção e desenvolvimento do ensino. O colegiado também examina a indicação de Sérgio Sá Leitão Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine).



CMA vota retribuição a proprietário rural

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discute o projeto que trata da retribuição a proprietários rurais por serviços ambientais de conservação de solo e recursos hídricos em suas terras. Entre as nove proposições em pauta, também se encontra o projeto que permite a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços com cartão de crédito, em relação ao preço à vista.

Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas examina, a partir das 14h30, diversos requerimentos.

TV pública

Às 10h, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate a criação da TV pública.

Missa

Parlamentares participam às 19h30, no Salão Negro, de missa pela passagem do sétimo dia da morte de Jonas Pinheiro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Papaléo Paes e Mão Santa

CPI poderá ser criada por iniciativa de eleitores

A primeira proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada em 2008, e que tem como primeiro signatário o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), visa permitir a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) mediante iniciativa popular. A petição deverá ser subscrita por eleitores que representem 0,5% dos que hajam votado em todo o país, no último pleito, e endereçada à Câmara dos Deputados ou ao Senado.

Conforme acontece com o pedido de CPI apresentado por um terço dos deputados e senadores, a proposta feita por iniciativa popular também deverá ser destinada à apuração de fato determinado e ter prazo definido. Suas conclusões deverão ser encaminhadas ao Ministério Público, para que ele promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores, se for o caso.

Prerrogativas

Na justificativa da proposta (PEC 1/08), Mesquita Júnior lembra que a criação de CPI é uma prerrogativa da minoria parlamentar, uma vez que a exigência de assinaturas é de apenas um terço do número de parlamentares, com constituição automática, conforme julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar lamenta, no entanto, a utilização desse direito para fins que desvirtuariam os objetivos de uma CPI.

“Essa prerrogativa tem sido desvirtuada pela prevalência dos interesses políticos, tanto da Maioria quanto da Minoria, com recursos que tisanam de suspeição o valioso instituto da investigação parlamentar, criado para apurar, com eficiência, pelos poderes a ele concedidos, suspeitas de escândalos e desvios de toda natureza, especialmente em face da complexidade do desempenho de grupos que atuam à margem do processo político, quase sempre com fins ilícitos”, explica.

Para Mesquita Júnior, os conflitos entre Maioria e Minoria nem sempre refletem os interesses majoritários da população. Assim, acredita o parlamentar, por meio do apelo dos eleitores mobilizados para determinada finalidade, será possível promover a apuração conveniente de escândalos que estejam inquietando a sociedade brasileira, acima de conveniências políticas, partidárias ou ideológicas.

A PEC está na Comissão de Justiça (CCJ), onde aguarda designação de relator.

Presidente do Senado reafirma expectativa de que governo e oposição se entendam sobre comando da comissão que deverá investigar uso de cartões corporativos

Garibaldi crê em acordo para instalar “CPI compartilhada”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, reafirmou ontem acreditar num acordo entre governistas e oposicionistas em torno da instalação de uma “CPI compartilhada” entre Câmara e Senado. Sua expectativa se baseia em conversas articuladas entre líderes do governo e o Palácio do Planalto sobre a divisão dos principais cargos da comissão parlamentar mista de inquérito que deverá investigar eventuais irregularidades no uso de cartões corporativos do governo federal.

– Esses entendimentos que estão se processando poderão levar à concretização de apenas uma CPI – comentou Garibaldi, que tem reunião marcada com os líderes partidários para hoje, às 11h, quando o assunto será debatido.

A expectativa é de que reuniões agendadas no Palácio do Planalto, ontem e hoje, culminem em um acordo para entregar a presidência da CPI mista ao senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – indicação defendida por parlamentares do PSDB e do DEM. O PMDB e o PT, maiores bancadas do Congresso, haviam indicado para a presidência e para a relatoria da comissão, respectivamente, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) e o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ).

A oposição reagiu a esses nomes, entretanto, protocolando requerimento para criar uma CPI exclusiva do Senado para investigar o mesmo assunto. Garibaldi decidiu esperar o resultado das negociações em torno da questão para definir como encaminhará o requerimento.



Garibaldi: cabe ao presidente e relator da Comissão de Orçamento esclarecer denúncia

– Posso ler a qualquer momento, mas a perspectiva é aguardar os entendimentos se processando. Se há essa possibilidade [de instalação de uma única comissão], sejamos otimistas. Vamos esperar a fumaça branca. A CPI poderá ser uma só.

Garibaldi considerou Jarbas Vasconcelos um bom nome para a presidência da CPI Mista dos Cartões Corporativos, mas ponderou que presidentes de comissões de inquérito são eleitos, cabendo a decisão final sobre a indicação, portanto, aos líderes partidários.

– Jarbas é um homem correto, sério, tem experiência. Não faria uma CPI só da oposição ou só do governo. Cabe às lideranças se articularem para saber se ele é o nome. Inclusive, não posso deixar de lembrar o nome que já estava nas cogitações, que é o do senador Neuto de Conto – frisou.

O presidente do Senado apelou ainda aos líderes no sentido de indicarem, o mais rápido possível, os membros da CPI mista. Na última semana, ele admitiu assumir essa designação caso os líderes

não o façam no prazo exigido. O requerimento de criação da CPI Mista dos Cartões Corporativos foi lido na sessão do Congresso Nacional realizada na última quinta-feira.

Orçamento

Em relação ao Orçamento para 2008, Garibaldi disse caber ao presidente e ao relator da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB) e deputado José Pimentel (PT-CE), respectivamente, esclarecer denúncia de que teria sido incluído no relatório final um anexo que provocará gastos extras de R\$ 534 milhões. As verbas seriam aplicadas em obras nas bases eleitorais dos parlamentares, conforme reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

– Confio nos dois. Eles não vão permitir que a Comissão de Orçamento possa ter um gesto caracterizado como uma grave irregularidade. Não irão, de maneira nenhuma, afrontar a opinião pública numa hora dessas, sabendo que a comissão está sob permanente vigilância.

Reputação ilibada, exigência a candidatos

Aguarda exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC 2/08) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) incluindo a idoneidade moral e a reputação ilibada entre as condições de elegibilidade para mandatos no Legislativo ou no Executivo. Simon explica que já existe



Simon considera possível definir se alguém é “uma pessoa de bem”

uma lei complementar tratando dos motivos para declarar alguém inelegível, mas isso só ocorre em caso de condenação por determinados crimes.

Nem essa lei nem a Constituição prevêm a inelegibilidade dos candidatos que não comprovem idoneidade moral e reputação ilibada. Para o senador, essa situação propiciou o aumento da corrupção e da irresponsabilidade nos Poderes Legislativo e Executivo.

Simon diz que é possível definir “objetivamente” se alguém tem reputação ilibada, se é “uma pessoa de bem”, já que essa característica é usada pelo Judiciário como motivo para abrandar ou aumentar a pena de condenados.



Leopoldo Silva

Mão Santa destaca que o nome de Wellington é citado 17 vezes em relatório

Mão Santa aponta denúncias contra governador do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário trechos de reportagem (“As provas da Operação Navalha”) da revista *IstoÉ* desta semana, relativa a investigações da Polícia Federal sobre atividades irregulares da construtora Gautama junto a ministérios e a governos estaduais. Segundo o senador, a revista noticia que o governador do Piauí, Wellington Dias, é citado 17 vezes no relatório sobre fraudes no programa Luz Para Todos.

Conforme a reportagem, a Polícia Federal informa que os acertos da Gautama no Piauí teriam começado ao meio-dia de 27 de janeiro de 2007, quando o então ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, teria ido a Teresina anunciar a liberação de verbas para geração e transmissão de energia elétrica no estado.

Ligações

Mão Santa leu ainda trechos de reportagem (“Contratos sob suspeita”) da revista *Época* desta semana que trata das investigações sobre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB) e que teria sido “usada para driblar licitações”.

Segundo a revista, a Finatec era escolhida para apresentar projetos e subcontratava as empresas Intercorp Consultoria e Camarero & Camarero, pertencentes ao casal Luís Antônio Lima e Flávia Maria Camarero. *Época* apontou a ligação de Luiz Lima com o PT: ele teria sido contratado consultor da prefeitura de Porto Alegre em gestão petista e, posteriormente, da equipe de transição entre os governos Fernando Henrique e Lula.

Mão Santa disse que o governo do Piauí aparece no mapa de subcontratações da Finatec mediante duas empresas de consultoria. Segundo a revista, ambas negociaram com seis governadores, cinco deles do PT e um filiado a partido que apóia o governo.

CPI das ONGs pode convocar reitor da UnB

A CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) se reúne amanhã, às 11h, para analisar 78 requerimentos, como o pedido de convocação do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, e do presidente da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Dias Henrique, a fim de esclarecer as denúncias de uso de R\$ 470 mil para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor.

Nos demais requerimentos são pedidas a convocação de representantes de ONGs que recebem recursos públicos, quebras de sigilos bancários e fiscais e informações de órgãos do Executivo sobre critérios para repassar verbas a ONGs.

CCT vai debater tarifas de pré-pago

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate amanhã, às 9h, os valores das tarifas da telefonia.

Participarão do debate o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins; o presidente-executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel), Ercio Zilli; e o superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) pediu a audiência para esclarecer o real valor das tarifas de telefonia móvel pré-pago. Para ele, os direitos dos consumidores podem não estar sendo observados.

Mudanças climáticas voltam a discussão

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas reúne-se hoje, às 14h30, para votar requerimentos. Desde março passado, o colegiado promove debates em várias regiões brasileiras para acompanhar ações referentes às mudanças climáticas.

Em dezembro, a comissão, que tem o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) como presidente e o senador Magno Malta (PR-ES) como vice, aprovou relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre as atividades em 2007. O documento abarca debates sobre agropecuária, energia elétrica, educação ambiental, mercado de carbono, florestas e a participação brasileira nos fóruns internacionais que debatem o assunto.

Item que está em pauta há mais tempo data de 1994, quando Itamar Franco vetou projeto sobre profissão de desenhista

Congresso deve examinar amanhã 65 vetos

Senadores e deputados reúnem-se em sessão conjunta do Congresso, às 11h de amanhã, para examinar vetos do Poder Executivo a projetos aprovados pelo Legislativo. A previsão é que sejam examinadas 13 mensagens do presidente da República totalizando 65 vetos, integrais ou parciais (*veja quadro*).

Levantamento feito pela Secretaria Geral da Mesa do Senado aponta 141 mensagens do presidente, totalizando 885 vetos integrais e parciais, que aguardam decisão do Congresso, que não

os examina desde 14 de dezembro de 2005. Mas esse número aumenta a cada mês.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, desde sua eleição para o cargo, avisou que uma de suas prioridades seria a votação dos vetos presidenciais. O mais antigo entre os itens que estão na pauta é de 1994, quando o então presidente Itamar Franco vetou integralmente um projeto de lei (PLC 34/94) que tratava da profissão de desenhista.

Entre os mais polêmicos está o veto à Emenda 3 ao projeto de

lei que criou a Super-Receita e permitiu a fusão das estruturas de arrecadação dos ministérios da Fazenda e da Previdência. Vetada pelo presidente Lula em 16 de março de 2007, a emenda proibia os auditores da Super-Receita de intervirem quando considerassem a contratação de pessoas jurídicas como uma manobra para encobrir relações trabalhistas e driblar o fisco. A mudança do texto teve apoio da maioria dos governistas quando foi votada. Ela explicitava o entendimento de que só a Justiça

tem competência para reconhecer um vínculo trabalhista.

Outros vetos que mobilizaram os senadores, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, derrubaram partes importantes dos projetos que recriaram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), aprovados no final de 2006. Os artigos vetados pelo presidente Lula garantiam recursos federais para as duas superintendências.

Rejeição integral a projeto sobre registro de jornalista

O primeiro item da sessão de amanhã será o veto integral ao projeto que transferia do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro prévio para o exercício da profissão de jornalista. O projeto (PLC 3.152/97) foi vetado integralmente pelo presidente.

Também consta da pauta a análise de vetos parciais ao projeto que trata do direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo – a exemplo de um ônibus – acompanhado de cão-guia (PLS 181/01). O Poder Executivo classificou de inconstitucionais dois artigos que obrigavam o proprietário do cão, o adestrador e o instrutor a se filiarem à Federação Internacional de Cães-Guia.

O projeto de lei complementar que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, vetado parcialmente, também deverá ser apreciado. Uma das partes vetadas do projeto (PLC 141/05) determinava que o novo sistema integrasse o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). O Executivo argumentou que o Renavam possui “finalidade informativa” diversa da do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas, razão pela qual não podiam integrar-se, bastando a troca de informações entre eles.

Vetos ao projeto de lei da Câmara (PLC 144/05) que prevê matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade também deverão ser votados amanhã.

ITEM DA PAUTA	Nº DE DISPOSITIVOS VETADOS
1. Veto total ao PLS 307/95 que transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro prévio para o exercício da profissão de jornalista.	1
2. Veto parcial ao PLC 23/00, que altera o Código Penal para estabelecer penas para sonegação e apropriação indébita de contribuição previdenciária, entre outros crimes.	1
3. Veto parcial ao PLC 14/01, que altera o Código Penal que dispõe sobre o crime de assédio sexual.	3
4. Veto parcial ao PLC 78/02, que dispõe sobre a profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.	1
5. Veto parcial ao PLV 60/04, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.	2
6. Veto parcial ao PLC 36/04, que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.	1
7. Veto parcial ao PLS 221/03 que altera a lei complementar sobre a organização das Forças Armadas para ampliar as atribuições dos militares no combate à violência.	1
8. Veto parcial ao PLS 95/2003, que garante às gestantes o direito à presença de acompanhante durante o parto no Sistema Único de Saúde.	1
9. Veto parcial ao PLV 4/05, que dispõe sobre recursos para o desporto e prorroga o prazo para o desarmamento.	1
10. Veto parcial ao PLS 181/01, que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de entrar em locais públicos acompanhado de cão-guia.	3
11. Veto parcial ao PLC 144/05, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para estabelecer a duração de nove anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.	2
12. Veto parcial ao PLC 141/05, que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos de Cargas.	17
13. Veto parcial ao PLS 115/02 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; com medidas de prevenção ao uso indevido e atenção a usuários e dependentes de drogas; normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico; e definição dos respectivos crimes.	31
Total: 13 mensagens	65 vetos

Voto secreto e maioria absoluta

A Constituição (artigo 66) dá um prazo de 30 dias para que o Congresso se manifeste sobre vetos presidenciais, o que, na prática, não acontece. Para rejeitar um veto presidencial, são necessários os votos da maioria absoluta dos parlamentares – 41 votos no Senado e 257 na Câmara. A votação é secreta. Quando se rejeita um veto, a matéria é enviada ao presidente da República para promulgação.

A análise dos vetos é o último passo do processo legislativo, que, sem esse ato, fica em aberto. Para o senador Marco Maciel (DEM-PE), a falta de apreciação desses vetos gera insegurança jurídica, uma vez que a sociedade não sabe como permanecerá a lei.

Para mudar essa situação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou e enviou ao Plenário a Proposta de Emenda à Constituição 57/05, de autoria de Maciel, que determina que os vetos sejam apreciados separadamente na Câmara e no Senado, mas sem trancar a pauta.

Dez reuniões da Comissão de Orçamento estão previstas para esta semana. Também nos próximos dias o Congresso deve receber o projeto de reforma tributária

Esforço para votar relatório que prevê cortes de 12,4 bi

Para concluir a votação do Orçamento da União deste ano, o senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), marcou dez reuniões para esta semana. No relatório final do deputado José Pimentel (PT-CE) estão previstos cortes de R\$ 12,4 bilhões nos gastos públicos em relação à previsão inicial encaminhada pelo governo. Os concursos públicos foram os mais afetados, cortados em 50% da previsão inicial.

O atraso na aprovação do Orçamento de 2008 foi causado pelo fim da CPMF, que levou o governo e o Congresso a estuda-

rem cortes nos gastos até então previstos. Mas, devido a novas receitas decorrentes do aumento das alíquotas do IOF e da CSLL

e à reestimativa apresentada por Francisco Dornelles (PP-RJ), coordenador do comitê de receitas da CMO, os cortes de gastos

representam pouco menos de um terço da arrecadação prevista com a CPMF em 2008, estimada em cerca de R\$ 39 bilhões.

Estão programadas duas reuniões da CMO para hoje, duas para amanhã, três para a quinta-feira e três para a sexta. Esse esforço ficou ainda mais concentrado porque, na semana passada, a falta de quórum causada por obstrução de parlamentares da oposição impediu a realização das reuniões da comissão.

A dificuldade política para aprovação do Orçamento também pode ser explicada pelo fato de os cortes de gastos sugeridos por Pimentel atingirem mais da metade dos R\$ 23,91 bilhões que seriam usados nas emendas de bancada.

Governo entrega na quinta proposta de reforma

A proposta de reforma tributária do governo deve chegar ao Congresso na quinta-feira. O projeto deverá ser entregue ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Essa será a segunda tentativa de mudança do sistema tributá-

rio desde que o presidente Lula assumiu o governo.

Ao falar a empresários da indústria, na semana passada, Mantega afirmou que este é o momento adequado porque o país está crescendo e o quadro fiscal é confortável. Sem essas condições, ele admitiu que as

reformas tendem de fato a aumentar a carga tributária.

O ministro disse também que, pela proposta, a tributação sobre cada contribuinte será reduzida, mas não informou se a carga global também cairia. O ministro nada antecipou sobre as medidas de desoneração.



Viana pede serenidade nas acusações a Palocci, que nem sequer foi julgado e já foi “condenado diante da opinião pública”

Viana quer julgamento isento e desapaixonado para Palocci

Defendendo um julgamento “sereno, isento e absolutamente desprovido de um envolvimento emocional da política” para o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, Tião Viana (PT-AC) comentou discurso proferido por Efraim Morais (DEM-PB) na semana passada solicitando a apresentação de notícia-crime contra o empresário Rogério Tadeu Buratti por ter retirado acusações contra o ex-ministro feitas em 2005 na CPI dos Bingos.

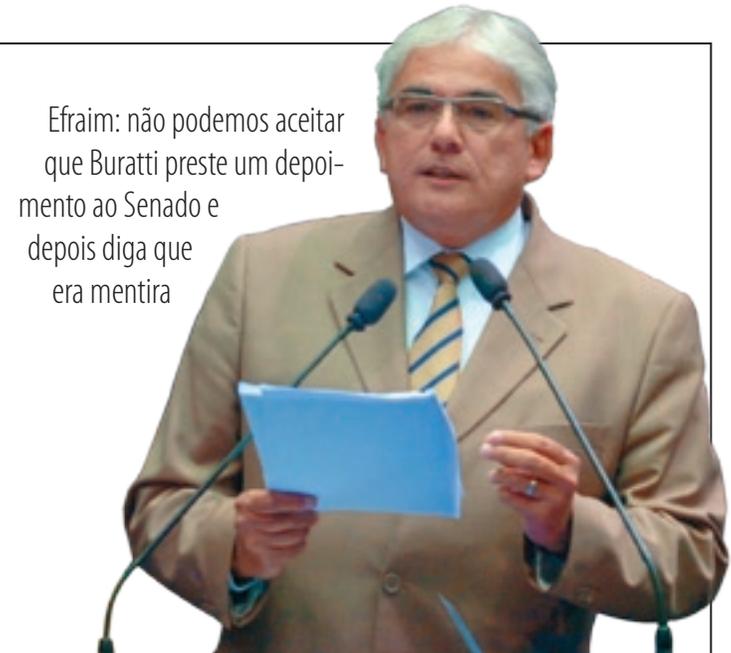
Viana considerou natural a mudança de posição de Buratti, uma vez que, em sua avaliação, “a exacerbada luta política às vésperas das eleições presidenciais de 2006 o submeteu a diversas situações de constrangimento”.

– Se pudéssemos deixar esse caso ser devidamente apurado pelas instâncias do Poder Judiciário, e se o julgamento fosse levado a termo com absoluta isenção, estaríamos fazendo um bem enorme ao país – observou.

Referindo-se à denúncia de que Anto-

nio Palocci teria superfaturado contratos firmados entre a empresa Leão & Leão e a prefeitura de Ribeirão Preto (SP), para varrição da cidade, Viana afirmou que o ex-prefeito não foi o responsável pela licitação, que foi assinada antes de ele ter assumido o cargo, em 2001.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) ressaltou a “grande contribuição” dada por Palocci, quando à frente do Ministério da Fazenda, para que o Brasil atingisse a situação atual de credor internacional. Eduardo Suplicy (PT-SP) citou exemplos de “boa administração da coisa pública” dados por Palocci. Cristovam Buarque (PDT-DF) também manifestou apoio ao pronunciamento de Viana. Mão Santa (PMDB-PI) discordou quanto à validade de pesquisas de opinião, citadas por Tião Viana, que atribuíram apenas 0,5% de confiança no Legislativo. Na opinião de Mão Santa, o Congresso “é uma Casa de alta respeitabilidade” e que está acima dos demais Poderes no conceito popular.



Efraim: não podemos aceitar que Buratti preste um depoimento ao Senado e depois diga que era mentira

Efraim nega que Buratti tenha sido coagido pela CPI dos Bingos

Efraim Morais (DEM-PB) declarou que nem ele, como presidente da CPI dos Bingos, nem os demais parlamentares que integraram o colegiado pressionaram o empresário Rogério Buratti em seu depoimento à comissão. Na ocasião, Buratti confirmou o envolvimento do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci com a “máfia do lixo” de Ribeirão Preto e o recebimento de uma “mesada” de R\$ 50 mil.

– Não fizemos qualquer tipo de coação. O que ele disse lá, disse de livre e espontânea vontade. O que ele afirmou lá, afirmou sob juramento – ressaltou.

Efraim recordou que, na semana passada, pediu que a Mesa do Senado impetrasse, junto ao Ministério Público, notícia-crime contra Buratti, para que este preste esclarecimentos sobre a retificação que fez, em cartório, em junho de 2007, de seu depoimento na comissão, negando as denúncias ali apresentadas.

– Nós, senadores, não podemos

admitir, principalmente nós que participamos da CPI, que esse cidadão preste um depoimento e depois, quase que às escondidas, diga que tudo o que declarou é mentira. Não vamos aceitar que amanhã qualquer cidadão que tenha prestado depoimento nesta Casa diga que estava brincando – advertiu.

Efraim lembrou que as declarações de Buratti foram amplas, mencionando nomes, datas, detalhes e cifras, e observou que esses fatos “pertencem à história, não sendo possível refutá-los”. Frisou a necessidade de proteger a imagem do Parlamento e do Senado, acrescentando que os congressistas não podem permitir que se confirme declaração do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares de que o mensalão “viraria piada de salão”.

Entretanto, Efraim ponderou que ainda falta a decisão da Justiça a respeito da investigação da “máfia do lixo”, e que é impossível julgar antecipadamente “qualquer que seja o cidadão”.

Senadoras comemoram lançamento de programa que objetiva promover o desenvolvimento regional sustentável

Roseana aplaude o Territórios da Cidadania

O lançamento do programa Territórios da Cidadania foi comemorado por Roseana Sarney (PMDB-MA). Segundo a senadora, o objetivo é promover o desenvolvimento regional sustentável associado à garantia dos direitos sociais nas regiões do país “que mais precisam”, ou seja, 60 territórios que têm os menores índices de desenvolvimento humano (IDH).

Assim, disse Roseana, o Territórios da Cidadania levará desenvolvimento econômico em conjunto com programas básicos de cidadania. De acordo com ela, as várias ações serão executadas em parceria do governo federal com os governos estaduais e municipais.



Fotos: Leopoldo Silva

Segundo Roseana, programa é alavancador e permanente, e reduzirá desigualdades sociais

– O programa combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso

e sustentável. Portanto, é realmente alavancador e permanente – frisou.

Com investimentos de R\$ 11,3 bilhões previstos para 2008, registrou a senadora, mais de 2 milhões de famílias poderão ser beneficiadas, entre elas, populações quilombolas e indígenas, famílias de pescadores, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Em 2009 o programa deve ser ampliado para 120 territórios com baixo IDH, acrescentou.

Roseana explica que o Territórios da Cidadania envolverá diversos ministérios e compreenderá também a ampliação

de ações já existentes, como o Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente, além de aumento dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Só para o Maranhão, afirmou, serão destinados R\$ 933 milhões para desenvolver quatro territórios: Cocais, Baixo Parnaíba, Lençóis Maranhenses/Munim e Vale do Itapecuru, ou seja, 55 dos 217 municípios do estado.

– Esse programa, portanto, é um momento especial de esperança para os maranhenses e brasileiros e, em particular, para todos nós que sonhamos com um Brasil melhor e mais igual para todos – frisou Roseana Sarney.

Serys: investimento para 2008 é de R\$ 11,3 bilhões

Serys Shlessarenko (PT-MT) também destacou o lançamento do Territórios da Cidadania, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento de regiões do país que tenham baixos índices de desenvolvimento humano. O programa, observou a senadora, reúne 135 diferentes ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais que serão implementadas em cerca de mil municípios brasileiros. O investimento previsto para 2008 é de R\$ 11,3 bilhões.

– Um exemplo concreto: não basta financiar a construção de um laticínio em uma região desprovida de eletricidade suficiente para fazer funcionar os equipamentos ou de estradas para escoar a produção. É necessário, antes, suprir a região com eletrificação, com estradas etc. Por essa razão, o programa envolve 15 ministérios – disse.

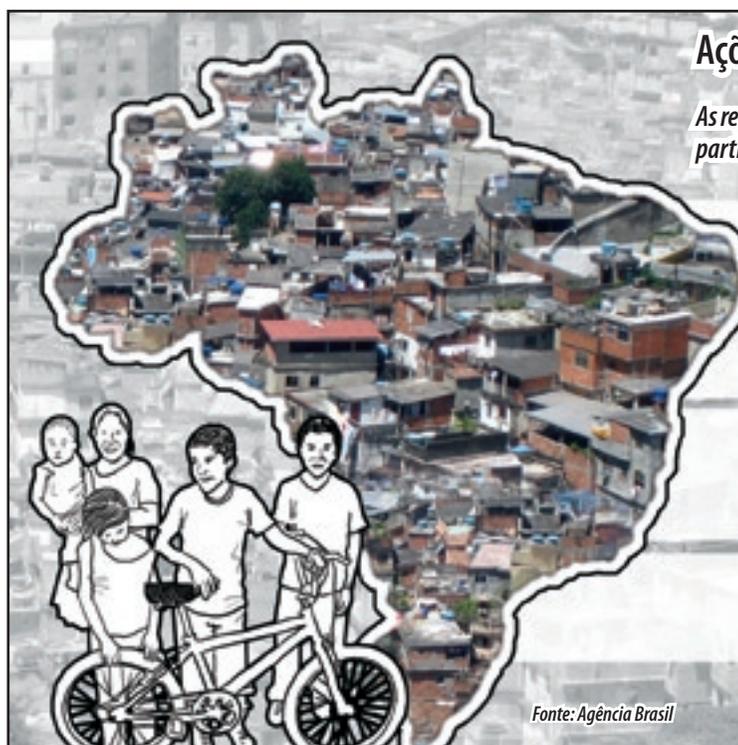
Reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento sustentável são os principais objetivos do programa, salientou Serys. Ela informou que, entre as ações de desenvolvimento previstas, estão assistência técnica para produção agrícola, construção de estradas e escolas, obras de saneamento e construção de cisternas – todas visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Vigilantes

Serys Shlessarenko aproveitou para agradecer as manifestações de apoio que tem recebido ao projeto de lei de sua autoria (PLS 682/07) que garante à categoria dos vigilantes o recebimento de adicional de periculosidade. Na opinião da senadora, o projeto vai aperfeiçoar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



Serys agradece manifestações de apoio a projeto que garante adicional de periculosidade a vigilantes



Ações integradas em municípios pobres

As regiões do país com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) receberão a partir deste ano os principais programas do governo federal de forma integrada

A iniciativa, denominada Territórios da Cidadania, reunirá **135 ações** de **19 ministérios** que pretendem atender em 2008 cerca de mil municípios brasileiros.

O programa de integração das ações do governo, com investimento previsto de **R\$ 11,3 bilhões**, foi lançado ontem pelo presidente Lula.

A idéia é atender, neste ano, **60 territórios** e, em **2009, 120 em todo o país**. Mais de **2 milhões** de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais terão acesso às ações.

Os municípios envolvidos foram reunidos em territórios pela identidade cultural, econômica e produtiva. Os territórios terão de **dez a 30 municípios** e haverá **pelo menos um em cada estado da Federação**.

Fonte: Agência Brasil



Papaléo propõe uma instituição direcionada à biodiversidade

Papaléo quer universidade franco-brasileira

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) solicitou ao governo federal que assuma “o compromisso de efetivar, com brevidade e diligência, a criação da universidade direcionada à biodiversidade da Amazônia, em parceria com a França”.

De acordo com ele, essa medida “faz parte de um amplo projeto de colaboração bilateral franco-brasileira na área ambiental, reafirmado na recente visita conjunta dos presidentes Lula e Nicolas Sarkozy à região”. A universidade binacional – informou Papaléo – foi sugerida no I Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade da Amazônia, em Macapá, em 2006.

– Com o intercâmbio oferecido pelos franceses, que também fazem parte da Amazônia por meio de seu território ultramarino [Guiana Francesa], tal iniciativa acadêmica poderia encetar um novo ciclo de compreensão, de investigação e de maior domínio sobre as perspectivas naturais e econômicas geradas pela maior floresta tropical do mundo.

Referência

O senador citou correspondência enviada pelo desembargador Gilberto Pinheiro, do Tribunal de Justiça de seu estado, pedindo aos amapaenses que participem de todas as ações necessárias à criação da universidade. O Amapá – disse – tem 97% de sua cobertura vegetal intacta e 56% de seu território destinado a áreas de conservação. “O estado se tornou referência nos assuntos relacionados à proteção da biodiversidade amazônica e às práticas modernas de desenvolvimento sustentável”.

Senador atribui sucesso econômico à responsabilidade fiscal, mas lamenta que a educação não receba o necessário para suprir as carências do país

Cristovam cobra do governo o pagamento da dívida social

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, em Plenário, que o governo – depois de conseguir dólares suficientes para pagar a dívida externa do Brasil – deve se dedicar ao pagamento da “dívida social” que o país, em sua opinião, tem com milhões de brasileiros.

Conforme o senador, o governo ainda precisaria acumular dólares para cobrir três meses de importações para, de fato, dizer que resolveu o problema da dívida externa. Ele lembrou, em seguida, que o país tem uma dívida pública interna de aproximadamente R\$ 1,2 trilhão.

Cristovam Buarque considerou um avanço o governo Lula “ter compreendido” que não existem mais governos de esquerda ou de direita, mas sim administrações “responsáveis ou irresponsáveis” em termos fiscais. O senador atribuiu o sucesso econômico do país à responsabilidade fiscal do governo, mas lamentou que a educação ainda não receba o necessário para suprir as próprias carências.

O parlamentar observou também que, enquanto o projeto do Orçamento em tramitação no Congresso estipula verbas para a



Fotos: Leopoldo Silva

Cristovam: verbas para construção de “palácios” são legais, mas moralmente questionáveis

construção de “palácios” no Judiciário, a educação não recebe o necessário para promover “uma verdadeira revolução” no país. Embora reconheça a legalidade das verbas para a construção desses “palácios”, indagou se isso não pode ser questionado do ponto de vista moral, ao se constatar a existência de crianças fora da escola e a precariedade do sistema público de ensino.

UnB e Cuba

Cristovam Buarque alegou não ter sido bem compreendido ao comentar, na semana passada, a compra de mobília para o apartamento funcional do

reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. Conforme ponderou, o reitor pode ter cometido “um crime de prioridade” ao comprar mobiliário caro para uso próprio, enquanto os alojamentos dos estudantes encontram-se em situação precária.

O senador ainda comentou a decisão de Fidel Castro de se afastar do comando de Cuba. Segundo considerou, a imprensa brasileira se divide ao

retratar Fidel como “santo ou demônio”, recebendo a última atribuição por exercer o controle dos meios de comunicação e manter em atuação um partido único, de apoio ao governo.

– Claro que a gente não quer um partido único. Claro que a gente não pode aceitar uma imprensa controlada. Mas é preciso reconhecer que os indicadores sociais de Cuba, hoje, 50 anos depois de imposto o bloqueio econômico pelos Estados Unidos, são melhores que os dos países escandinavos. Tem de se reconhecer que lá toda criança tem escola – observou.

Paim comemora reservas para saldar dívida externa

O fato de o Brasil ter reservas de US\$ 188,5 bilhões, suficientes para o pagamento de sua dívida externa, estimada em US\$ 184 bilhões, foi comemorado por Paulo Paim (PT-RS). Após essa conquista, na visão do senador, é necessário avançar ainda mais nas políticas de combate às desigualdades sociais.

– O pagamento da dívida externa deve se tornar uma fonte de direitos humanos. São quatro bilhões de dólares a mais sem dívida externa. É hora de investirmos em direitos humanos – afirmou.

O senador defendeu a aprovação de uma reforma tributária que propicie uma melhor distribuição de renda e um novo pacto federativo, com responsabilidade social. Os direitos dos idosos e aposentados, frisou, também devem ser garantidos. Assim, reivindicou a aprovação dos pro-



Segundo Paulo Paim, os direitos dos idosos e aposentados também devem ser garantidos

jetos em tramitação no Congresso que estendem às aposentadorias o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

Elogio

O saldo nas reservas do país levou Paulo Paim a elogiar o presidente Lula e a equipe econômica: os ministros da Fazenda,

Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo; o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Segundo observou ainda, o Brasil está cada vez mais próximo de alcançar o cobiçado grau de investimento, nota concedida pelas agências de avaliação de risco que credenciam um país a receber aplicações estrangeiras.

Em aparte, Cristovam Buarque ressaltou que o momento é propício para o governo voltar suas vistas para outras “dívidas”, como a precariedade no sistema público de saúde, agravada pelo recrudescimento da dengue, e a má qualidade da educação. O senador do Distrito Federal também parabenizou o governo por não ter “reinventado a política econômica”.

Alvaro responsabiliza presidente por demissões na BS Colway

Alvaro Dias (PSDB-PR) responsabilizou ontem o governo federal pela demissão dos 1.200 funcionários da empresa BS Colway Pneus, localizada em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. As demissões ocorreram, conforme o senador, em consequência de veto, pelo presidente da República, de projeto de lei de Flávio Arns (PT-PR) que regulamentava a utilização de pneus remoldados.

Alvaro afirmou que o encerramento das atividades da empresa também está ligado a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal que proibiu a BS Colway de importar pneus usados da Europa. Segundo o parlamentar, a empresa estava impedida de importar carcaças de pneus usados desde outubro de 2007.

– Quem protegerá os trabalhadores desempregados? O fechamento da empresa ocorreu na esteira de tratamento desigual nas ações judiciais por parte da Advocacia Geral da União. Das 24 fábricas de remodelagem de pneus no Brasil, só a BS Colway e outra empresa paranaense foram atingidas pelas ações – apontou.

Programa

Alvaro Dias lembrou que a BS Colway Pneus criou em 2001 o programa Rodando Limpo, que retirou de circulação praticamente todos os pneus velhos no estado



Alvaro: “Fechamento da empresa ocorreu na esteira de tratamento desigual”

do Paraná. Até maio de 2005, informou, foram coletados mais de 8 milhões de pneus inservíveis. Ele ressaltou que, a custo zero para os cofres públicos, o programa contribuiu para que o governo do estado reduzisse em 99,7% o número de casos da dengue no estado.

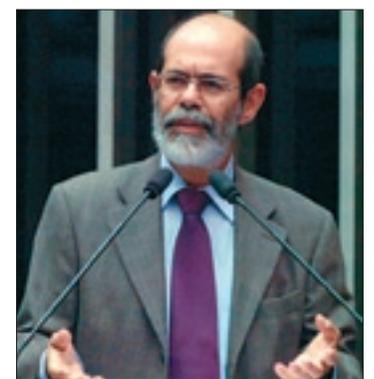
O senador acrescentou que a empresa transformava em óleo e gás os pneus inservíveis recolhidos por meio do programa Rodando Limpo, o que lhe valeu o prêmio Valor Social 2003, na categoria “Respeito ao Meio Ambiente”, concedido pelos institutos Ethos (responsabilidade social) e Akatu (consumo consciente). Alvaro disse que o programa foi levado aos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, onde foram recolhidos outros 3 milhões de pneus.

Mesquita Júnior acusa Banco Central de favorecer banqueiros

O Banco Central foi acusado por Mesquita Júnior (PMDB-AC) de privilegiar os interesses de bancos e banqueiros em detrimento das demandas da população. Segundo o senador, essas instituições chegam a ignorar o Código de Defesa do Consumidor para ampliar cada vez mais seus lucros, tudo “sob o olhar complacente do governo, que considera até salutar esse crescimento”.

– Os lucros são alcançados possivelmente em função da cobrança de juros e da quantidade de taxas cobradas por serviços aos clientes. Muitas das contas abertas nos bancos privados ou estatais são compulsórias, funcionais, pagas pelos servidores públicos e, outras, por empregados de grandes empresas privadas.

Em vez de exercer sua missão de fiscalizar os bancos para coibir essa prática, o Banco Central acabaria se omitindo, conforme Mesquita Júnior. Ele observou que o lobby dos banqueiros para



Mesquita Júnior também reitera pedido de criação do Ministério da Amazônia

manter os lucros dos bancos é tão forte que as propostas dos parlamentares sobre o assunto nem sequer são discutidas.

Amazônia

Mesquita Júnior também destacou as reiteradas reivindicações que vem fazendo em prol da Amazônia, como a criação de um Ministério da Amazônia, “um projeto nacional voltado para a resolução dos problemas da região”.

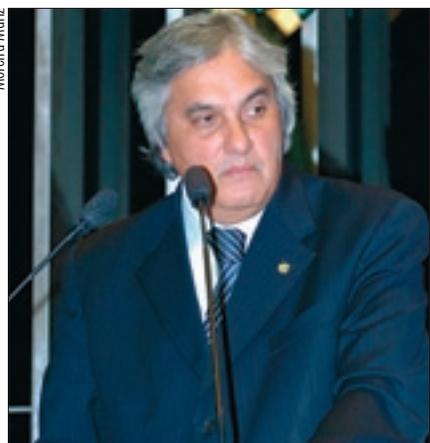
Senador afirma que o Brasil necessita de iniciativas bem articuladas, de médio e longo prazos, para garantir o fornecimento de energia elétrica nos próximos anos

Delcídio sugere medidas para evitar racionamento de energia

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) comemorou as chuvas do começo do ano, que ajudaram na recuperação dos reservatórios das hidrelétricas do país. Mas observou que o governo precisa trabalhar na ampliação da matriz energética, principalmente com a utilização de fontes alternativas renováveis, para que o Brasil não enfrente o perigo de novos racionamentos a partir de 2009. As chuvas e as termelétricas ajudaram em 2008, disse o senador, mas agora o país precisa de medidas de médio e longo prazos bem articuladas para garantir o fornecimento nos próximos anos.

Delcídio informou que a maioria dos reservatórios das hidrelétricas do país apresenta rápida recuperação, em virtude das recentes chuvas. Ele elogiou o acionamento emergencial das termelétricas e destacou o trabalho da diretora de Gás e Energia da Petrobras, Maria da Graça Foster.

– Ações foram implementadas agilmente, mas não podem parar por aí – afirmou o parlamentar, citando entre essas iniciativas a



Moreira Moritz

Delcídio: é preciso ampliar a matriz energética com o uso de fontes alternativas renováveis

consolidação do gás natural na matriz brasileira.

Integração

As chamadas energias alternativas também devem ter prioridade no país, afirmou o senador, referindo-se aos biocombustíveis, à energia eólica e também à energia nuclear. Tudo isso, na interpretação de Delcídio, vai contribuir para uma maior autonomia energética nacional. Lembrou ainda a importância da integração energética entre os países da América do Sul.

– A área da bioenergia terá um papel preponderante – avaliou Delcídio, elogiando as pesquisas da Embrapa sobre biocombustíveis.

O senador elogiou a posição do governo no “sentido de respeitar a meritocracia” para o preenchimento de cargos no setor elétrico, mesmo sabendo-se da necessidade de se fazer composições políticas.

– Esse segmento de energia, fundamental para qualquer país, não admite “peladeiros”. Não podemos falhar na gestão das companhias que vão cuidar da energia para o Brasil crescer – afirmou.

No discurso, Delcídio Amaral homenageou ainda a memória de Jonas Pinheiro (DEM-MT), falecido na semana passada.

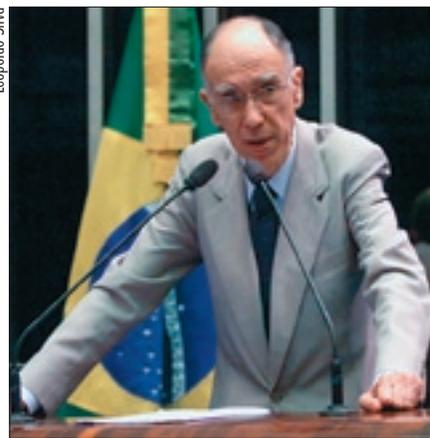
– O Senado perdeu um homem de bem. Ele honrou Mato Grosso, o Senado Federal e o Brasil – assinalou Delcídio.

João Pedro (PT-AM), em aparte, elogiou o discurso do colega de partido.

Maciel quer fortalecimento de estados e municípios

Marco Maciel (DEM-PE) destacou a necessidade de, no ajuste fiscal que o governo vem anunciando, serem fortalecidos a Federação, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Sem isso – acrescentou –, não será possível construir um país justo. O senador também criticou o governo federal por criar, a partir de 1988, contribuições de arrecadação exclusivas da União, que não são repartidas com os demais entes federativos.

Para Maciel, além de definir as atribuições e redistribuir os recursos, é necessário “evitar paralelismos onerosos das funções do poder público, estimulados pela crescente burocracia oficial em todos os Poderes do Estado e em todos os níveis de governo”. O parlamentar destacou ainda a necessidade de “viabilizar um ajuste fiscal



Leopoldo Silva

Maciel critica o Executivo pela criação, a partir de 1988, de contribuições exclusivas da União

que busque melhorar a qualidade de tributos e contribuições, muitos deles marcados por alta regressividade”, ou seja, que, proporcionalmente, têm maior incidência sobre a população mais pobre.

Maciel observou que a Constituição dos Estados Unidos

levou 11 anos para ser elaborada pelo fato de seus dispositivos terem sido intensamente debatidos. Promulgada em 1789, observou, a Carta norte-americana teve, até hoje, 26 emendas. Já a Constituição brasileira, promulgada há quase 20 anos, já recebeu 62 emendas.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) questionou se, com tantas demandas, não seria o caso de se fazer uma nova assem-

bléia nacional constituinte para reformular a Constituição. Em resposta, Maciel argumentou que, como a Constituição não tem muitas cláusulas pétreas, as propostas que defende, por exemplo, poderiam ser incorporadas ao texto constitucional na forma de emendas.

Suplicy denuncia discriminação a brasileiro em aeroporto da Espanha

Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou da tribuna contra o que denominou de política de repatriação de estrangeiros aplicada pela autoridade de imigração da Espanha. Conforme denunciou, aquele país europeu tem discriminado brasileiros que, muitas vezes, estão apenas em trânsito pelo aeroporto de Madri, rumo a outras nações da União Européia.

Suplicy citou o caso de uma física brasileira, Patrícia Camargo Magalhães, de 23 anos, que foi deportada dia 12 de fevereiro último de Madri, depois de ficar retida por 53 horas numa sala de aeroporto. Patrícia estava a caminho de um congresso científico em Lisboa, mas a polícia espanhola não ouviu suas explicações, nem respondeu a um fax de um professor da Universidade de São Paulo (USP) esclarecendo a situação.

Migração

O episódio serviu de tema para um artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado em dois jornais brasileiros – *O Globo* e *Folha de S. Paulo* –, com o título “A Espanha esquece que já exportou pobres”, e lido em Plenário pelo senador. O texto reporta-se à migração de espanhóis pobres, miseráveis e criminosos para o Brasil, desde o século 19 até o



Leopoldo Silva

Suplicy reclama intercessão do governo junto à União Européia

ano de 1972, período em que cerca de 800 mil deles desceram em solo brasileiro para aqui se radicar. Ainda no artigo, Gaspari ressalta que “a onda de brasileiros na Europa é coisa recente”, e que estes seriam só 70 mil em toda a Espanha.

Diante desse quadro, Suplicy clamou pela intercessão do governo brasileiro junto à União Européia, no sentido de que sejam abrandadas as leis para imigrantes naquele continente. Também sugeriu que os Estados Unidos e Cuba reatem relações socioeconômicas e de liberdade de trânsito de suas populações, aproveitando a onda renovadora que promete acontecer agora no governo Raúl Castro, conforme disse esperar.

João Pedro manifesta pesar pela morte de diretor de TV amazonense

João Pedro (PT-AM) pediu em Plenário voto de profundo pesar pela morte de Ruy Souto de Alencar, diretor-executivo do sistema de rádio e televisão do sistema de rádio e televisão da Rede Calderaro de Comunicação, que controla a TV e o jornal *A Crítica*, da capital amazonense.

O parlamentar lamentou a perda de um competente dirigente da comunicação do seu estado e também professor emérito da Universidade Federal do Amazonas. O voto de profundo pesar do Senado será comunicado à família, à universidade e à empresa.



Paulo Lima

A Secretaria Especial de Informática (Prodasen) apresentou ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, um projeto estratégico para 2008 com ênfase na modernização do processo legislativo. A idéia, segundo o diretor-geral do Prodasen, Evaldo Gomes Carneiro Filho, é migrar para um modelo em que o corpo de analistas e técnicos do órgão possa se concentrar no desenvolvimento e na implantação de projetos ligados à área fim da atividade legislativa.

Estão ainda entre as metas da secretaria para este ano a troca do painel eletrônico do Senado, a modernização do sistema de informática das comissões e a publicação das verbas indenizatórias dos gabinetes.